

## Nada será como antes<sup>3</sup> Dez teses sobre a crise financeira Para uma reflexão sobre a situação socioeconômica contemporânea

.....**Andrea Fumagalli**

### **Tese n. 1: A crise financeira atual é crise do sistema capitalista por inteiro.**

A crise financeira atual é uma crise sistêmica. É a crise do sistema capitalista por inteiro, assim como foi se configurando a partir dos anos 90 do século passado. Ela depende do fato de que os mercados financeiros são, hoje, o coração pulsante do capitalismo cognitivo. Isto porque esses mercados financiam a atividade de acumulação: a liquidez que eles atraem compensa a reestruturação da produção, que se volta para explorar o conhecimento e o controle dos espaços externos à empresa.

Em segundo lugar, na presença de ganhos de capital, os mercados financeiros desempenham no sistema econômico o mesmo papel do multiplicador keynesiano no contexto fordista (ativado pelo *deficit spending*<sup>4</sup>). No entanto, ao contrário do multiplicador keynesiano clássico, temos uma redistribuição distorcida da renda. Para que este multiplicador fosse operacional (>1), seria preciso que a base financeira (ou seja, a extensão dos mercados financeiros) estivesse em constante crescimento, e que o ganho de capital obtido fosse superior à perda do salário médio (que, a partir de 1975, foi de cerca de 20%). Por outro lado, a

---

3 Este texto é fruto de uma discussão coletiva ocorrida a partir do Seminário sobre Crise Financeira organizado pela rede UniNomade em Bolonha (Itália), entre 12 e 13 de setembro de 2008, que se encontra ainda em andamento e que contou com a participação de Marco Bascetta, Federico Chicchi, Andrea Fumagalli, Stefano Lucarelli, Christian Marazzi, Sandro Mezzadra, Cristina Morini, Antonio Negri, Gigi Roggero, Carlo Vercellone. O mesmo texto é o capítulo introdutório do livro organizado por Andrea Fumagalli e Sandro Mezzadra *Crise da economia global. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos* (no prelo). Agradecemos a editora Record/Civilização Brasileira por ter nos concedido a permissão para publicá-lo no Lugar Comum. Tradução do italiano por Gilvan Vilarim.

4 Montante que um governo, empresa, ou indivíduo, gasta além do que recebe durante um determinado período de tempo. Pode ser também referido como déficit orçamentário ou simplesmente déficit. (N.R.)

polarização das rendas aumenta os riscos de insolvência das dívidas que estão na base do crescimento da própria base financeira, diminuindo o nível médio dos salários. Eis que se abre uma primeira contradição, cujos efeitos estão hoje diante de nossos olhos.

Em terceiro lugar, os mercados financeiros, canalizando de modo forçado partes crescentes das rendas provenientes do trabalho (para a previdência social, além do que é direcionado para as instituições de proteção à saúde e educação pública), substituem o Estado como agente de seguridade social. Desta maneira, representam a privatização da esfera reprodutiva da vida, exercendo o biopoder. A crise das finanças é, portanto, a crise da estrutura do biopoder capitalista atual.

Os mercados financeiros são, deste modo, o lugar onde se define hoje a valorização capitalista, ou seja, a exploração da cooperação social e o rendimento do general intellect (conforme a Tese n. 2).

Com base nessas considerações, é preciso ainda ressaltar a dificuldade de se separar a esfera “real” da financeira. Prova disso é a efetiva impossibilidade de distinguir os lucros dos rendimentos financeiros (conforme a Tese n. 8).

### **Tese n. 2: A crise financeira atual é a crise da medida da valorização capitalista.**

No capitalismo cognitivo, o processo de valorização perde a unidade de medida quantitativa ligada à produção material. Tal medida era, de algum modo, definida pelo conteúdo de trabalho necessário para a produção da mercadoria, mensurável com base na tangibilidade da própria produção e do tempo necessário para a produção. Com o advento do capitalismo cognitivo, a valorização tende a ficar atrelada a formas diversas de trabalho, que ultrapassam a jornada formal de trabalho para coincidir cada vez mais com o tempo total de vida. Hoje, o valor do trabalho baseado na acumulação capitalista é também o valor do conhecimento, dos afetos, das relações, do imaginário e do simbólico. O sucesso desta transformação biopolítica é a crise da fórmula tradicional do valor-trabalho e, junto com ela, a crise da forma-lucro. Uma possível solução “capitalista” foi misturar a exploração do general intellect e da cooperação social através da dinâmica dos valores da Bolsa. O lucro se transforma em renda e os mercados financeiros tornam-se o lugar da determinação do valor-trabalho, que passa a ser valor-finança, que não é outra coisa senão a expressão subjetiva da expectativa dos lucros futuros efetuada pelos mercados financeiros, que se configuram deste modo como renda. A atual crise financeira marca o fim da ilusão de que as finanças possam constituir uma unidade de medida do trabalho, ao menos no contexto atual de fracasso da

governança<sup>5</sup> cognitiva do capitalismo contemporâneo. Portanto, a crise financeira é também a crise da valorização capitalista.

### **Tese n. 3: A crise é o horizonte de desenvolvimento do capitalismo cognitivo.**

Tradicionalmente, os fenômenos de crises do modo de produção capitalista têm sido agrupados em duas categorias principais: a crise que deriva do esgotamento de uma fase histórica e representa a condição para abertura de uma perspectiva potencial de mudança; ou a crise que sobrevém em consequência de uma mudança da fase histórica e do novo paradigma sócio-econômico que procura arduamente se impor. No primeiro caso, fala-se de “crise de saturação”; no segundo de “crise de crescimento”.

De acordo com este modelo, a crise atual poderia ser definida, diferentemente daquela dos anos 70, e também da crise de 1929, como “crise de crescimento”. Esta crise teve origem no início dos anos 90, quando começaram a se configurar as características do capitalismo cognitivo, culminando na fase de “saída” da crise do paradigma fordista-taylorista (pós-fordismo). Com efeito, foi a partir da segunda metade dos anos 70 que teve início a crise irreversível do paradigma taylorista-fordista, baseado no modelo produtivo da grande empresa e nas políticas keynesianas nascidas na crise de 1929 e na Segunda Guerra Mundial.

Ao longo de toda a década de 1980, no período denominado “pós-fordista”, foram diversos os modelos sociais e produtivos que anteciparam a superação do fordismo, sem que se conseguisse, contudo, instaurar um paradigma dominante e hegemônico.

Nos primeiros anos da década de 90, após o estouro financeiro de 1987 e a recessão econômica de 1991-92, crises intercaladas pela queda do Muro de Berlim e a Primeira Guerra do Golfo, o novo paradigma do capitalismo cognitivo começava a se delinear com toda a sua força e simultânea instabilidade. O papel dos mercados financeiros, em conjunto com as transformações da produção e do trabalho, redefine-se nesse contexto, ao passo que se modifica estruturalmente o papel do Estado-Nação e do welfare keynesiano. Enquanto isto, se consuma o declínio da intervenção pública sob as formas que havíamos conhecido na fase precedente.

A crise financeira moderna, que segue outras crises ocorridas nas últimas três décadas, evidencia de modo sistêmico e estrutural a inconsistência do meca-

---

5 Governança (*governance* no original) se refere a todas as regras, procedimentos e práticas que afetam o exercício de poderes, tanto no nível internacional quanto no nacional ou dentro de uma organização ou rede. (N.R.)

nismo regulador da acumulação e da distribuição que, até agora, o capitalismo cognitivo tinha procurado alcançar.

No entanto, entender a crise atual como “crise de crescimento” não significa de modo algum defender a possibilidade de sua superação “automática” de forma positiva e socialmente satisfatória. De fato, não só ainda não é possível neste momento avistar uma modalidade de saída desta crise, mas é a própria crise que muda de natureza. Esta crise não pode mais ser confinada (se é que algum dia o foi) a uma fase descendente do ciclo econômico, em relação linear com o desenvolvimento que a precede e as lutas que se seguem. No caso de 1929, a crise foi superada através da regulação do paradigma fordista graças ao New Deal e à Segunda Guerra Mundial. Hoje (cf. Tese n. 9), esta perspectiva não está dada. Onde a acumulação capitalista se reproduz na captura do comum, a crise se torna, de fato, processo permanente. Neste quadro, a própria categoria de ciclo econômico deveria ser radicalmente repensada, à luz das transformações do trabalho, da impossibilidade do capital em organizar o ciclo produtivo, e da mutação das coordenadas espaço-temporais determinada pela globalização. Uma demonstração disto é dada pela sequência de acontecimentos que desembocaram na crise financeira (crise dos mercados do sudeste asiático em 1997, queda do índice Nasdaq em 2000, fim da crise do sistema de débito e de subprimes, só para citar alguns), em tempos tão breves que fica impossível reconstruir, a não ser ex-post, a dinâmica cíclica. Isto significa que muitos caminhos estão abertos; depende apenas da vontade de transformAÇÃO política dos movimentos identificar qual deles será o mais adequado.

#### **Tese n. 4: A crise financeira é a crise do controle biopolítico: é crise de governança e demonstra a instabilidade estrutural sistêmica.**

A atual crise financeira aponta que não é possível uma governança institucional dos processos de acumulação e distribuição com base nas finanças. As tentativas de governança que foram implementadas ex-post nos últimos meses não estão em conseguindo incidir efetivamente sobre a crise em andamento. E não poderia ser diferente, se levarmos em consideração que o BIS<sup>6</sup> (Banco de Compensações Internacionais) estima em cerca de 556 trilhões de dólares (onze vezes o PIB mundial) o valor dos derivativos em circulação. Ao longo do último ano, este valor “encolheu” mais de 40%, destruindo a liquidez em mais de 200 trilhões

---

6 Sigla em inglês para Bank for International Settlements, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais. (N.R.)

de dólares. Os “ativos tóxicos”<sup>7</sup> circulam nos 350 trilhões restantes, segundo uma modalidade “viral”, o que faz com que seja literalmente impossível saber onde se aninham.

Ora, as intervenções monetárias até hoje realizadas em todo o mundo para injetar liquidez nos mercados não superam os cinco trilhões de dólares: são uma simples gota no oceano, cifra estruturalmente insuficiente para compensar as perdas e inverter a tendência de queda. Segue-se que a única ação política possível vai no sentido de modificar o clima de confiança, ou seja, agir sobre as linguagens e sobre as convenções, mantendo pleno respeito por aquelas instituições e organizações reais e/ou virtuais capazes de influenciar a dinâmica da chamada “opinião pública”. Todavia, diante da “desmedida” do peso efetivo da crise, a qual não é quantificável nem mesmo pelos operadores mais internos à dinâmica dos mercados financeiros, pensar em estigmatizar comportamentos fraudulentos ou injetar doses de confiança parece inadequado e impraticável.

A crise da governança não é, portanto, somente uma crise “técnica”; ela é, sobretudo, uma crise “política”. Já foi ressaltado (ver tese n. 1) que a condição para que os mercados financeiros possam suportar fases de expansão e de crescimento real é o constante incremento da base financeira. Em outras palavras, é necessário que a cota de riqueza mundial canalizada na direção dos próprios mercados financeiros cresça constantemente. Isto implica aumento contínuo das relações de débito e crédito, seja através do aumento do número de pessoas endividadas (condição de extensão dos mercados financeiros), ou seja, através da construção de novos instrumentos financeiros que possam se alimentar das trocas financeiras já existentes (condição de intensidade dos mercados financeiros). Os produtos derivativos são um exemplo clássico desta segunda modalidade de expansão dos mercados financeiros. Mas, sejam quais forem os fatores considerados, esta expansão se faz necessariamente acompanhar quer pelo aumento do endividamento, quer pela atividade especulativa e pelos riscos conexos. Trata-se de uma dinâmica intrínseca ao papel dos mercados financeiros como elemento fundador do capitalismo cognitivo. Falar de excesso de especulação por causa da ganância dos administradores ou dos bancos não faz absolutamente sentido e só pode servir para desviar a atenção da verdadeira causa estrutural desta crise. O resultado final é necessariamente a não-sustentabilidade do endividamento crescente, principalmente quando começam a se endividar as camadas da população que têm maior risco de insolvência. São justamente aqueles estratos sociais que, em consequência do processo de precarização do trabalho, encontram-se na con-

---

7 *Toxic assets* no original (N.R.).

dição de não poderem desfrutar do efeito de riqueza que a participação nos ganhos da Bolsa permite aos estratos sociais mais abastados. A crise de insolvência dos empréstimos imobiliários tem sua própria origem numa das contradições do capitalismo cognitivo contemporâneo: a irreconciliabilidade de uma distribuição desigual de renda com a necessidade de alargar a base financeira para continuar desenvolvendo o processo de acumulação. Este nó contraditório fica evidenciado pela irredutibilidade (excedente) da vida de boa parte dos sujeitos sociais à sub-sunção (sejam esses sujeitos fragmentados em singularidades ou definidos em segmentos de classe). Um excedente que hoje se exprime em uma multiplicidade de comportamentos (em formas de infidelidade para com as hierarquias corporativas, na presença de comunidades que se opõem à governança territorial, no êxodo individual e coletivo das regras de vida impostas pelas convenções sociais dominantes, seja pelo desenvolvimento de formas de auto-organização no mundo do trabalho, ou de revolta aberta contra antigas e novas formas de exploração nas favelas das megalópoles do Sul do mundo, nas metrópoles ocidentais, nas áreas de industrialização mais recente, tanto do sudeste asiático como na América do Sul). Um excedente que faz declarar em uníssono, pelos quatro cantos do globo, que não está disposto a pagar por esta crise. A irremediável instabilidade do capitalismo contemporâneo é também fruto deste excedente.

**Tese n. 5: A crise financeira é a crise do unilateralismo e o momento de equilíbrio do ponto de vista geopolítico.**

A crise atual põe em discussão a hegemonia financeira dos Estados Unidos e a centralidade dos mercados anglo-saxões no processo de financeirização. A saída desta crise marca necessariamente um deslocamento do baricentro financeiro na direção do oriente e em parte na direção do sul (América do Sul). Já no nível produtivo e de controle das trocas comerciais, ou seja, no nível real, os processos de globalização têm cada vez mais evidências de um deslocamento do centro produtivo na direção do oriente e na direção do sul do mundo. Deste ponto de vista, a atual crise financeira põe fim a um tipo de anomalia que havia caracterizado a primeira fase de difusão do capitalismo cognitivo: o deslocamento da centralidade tecnológica e do trabalho cognitivo na direção da Índia e da China na presença da manutenção da hegemonia financeira no ocidente. Enquanto o desenvolvimento dos países orientais (China e Índia), do Brasil e da África do Sul, era impulsionado pelos processos de terceirização e deslocalização ditados pelas grandes corporações ocidentais, não era possível identificar a distonia espacial entre as principais variáveis de comando do capitalismo cognitivo, a saber: o controle da

moeda-finança, de um lado, e o controle da tecnologia, de outro. Foi a partir do fim dos anos 1990 que os novos países industrializados começaram a colocar em crise a liderança tecnológica ocidental e japonesa, através da passagem de um modelo produtivo baseado na capacidade imitativa e difusora dos conhecimentos a um modelo produtivo capaz de favorecer processos de geração, apropriação e acumulação dos conhecimentos, já através da formação do “capital humano”. A crise financeira de 1997, partindo da desvalorização do bat<sup>8</sup> tailandês, afetou em particular a bolsa asiática e sul-americana (além dos países asiáticos da ex-União Soviética), permitindo reforçar a primazia dos mercados financeiros anglo-saxões em escala global, embora não tenha conseguido impedir, em todo caso, o deslocamento tendencial da liderança tecno-produtiva para o oriente. Verifica-se assim uma primeira contradição no interior dos equilíbrios geoeconômicos mundiais: a primazia ocidental das finanças, a primazia oriental na economia “real” e no comércio internacional. Trata-se de um equilíbrio instável que, na primeira metade da primeira década deste novo milênio, fica de fato fixado pela guerra permanente no Afeganistão e no Iraque, e que está essencialmente na base dos fracassos das várias reuniões sobre comércio internacional: de Doha (novembro de 2001), Cancun (setembro de 2003), e até mesmo de Hong-Kong (dezembro 2005).

Todavia, o crescente endividamento (interno e externo) dos Estados Unidos e a necessidade de estender ainda mais os mercados financeiros com relações ulteriores de débito e crédito cada vez mais em risco, fizeram com que este equilíbrio, que já era instável, não pudesse durar muito mais. A crise financeira atual pôs fim à tal distonia espacial. A primazia tecnológica e sua financeirização tendem a convergir, também no nível geoeconômico. Segue que o capitalismo cognitivo, como paradigma de acumulação bioeconômica, torna-se hegemônico também na China, Índia e no Sul do mundo. Isto não significa, que seja dito com clareza, que deixaram de ser operacionais as diferenças também radicais entre os diferentes espaços e os diferentes tempos através dos quais se estendem os processos capitalistas de valorização e através dos quais se rearticula continuamente a composição do trabalho, comandado e explorado pelo capital. Nem que seja possível forjar uma série de conceitos “passe-partout”, aplicáveis indistintamente a Nairóbi, Nova York e Xangai. A questão é, ao contrário, que o próprio sentido das diferenças radicais entre os lugares, regiões e continentes deve ser comprimido no interior do cruzamento heterogêneo dos regimes produtivos, da temporalidade e da experiência subjetiva do trabalho, de que se constitui o capitalismo cognitivo.

---

8 Moeda oficial da Tailândia. (N.R.)

### **Tese n. 6: A crise financeira mostra a dificuldade do processo de construção da União Econômica Européia.**

A construção da união monetária européia tinha entre suas atribuições a de também proteger os países da área do Euro da turbulência especulativa dos mercados cambiais, com o objetivo de construir uma moeda forte o suficiente para constituir um escudo contra eventuais crises financeiras. Com efeito, durante as crises de 1996-97 e de 2000, a existência do Euro impediu que a especulação internacional pudesse formar uma coalizão antieuropéia. Contudo, este argumento cai por terra quando a crise financeira, partindo do coração da hegemonia estadunidense, não apenas leva ao fracasso – ou ao risco de fracassar – as principais Sociedades de Intermediação Mobiliária ocidentais, como também começa a ter efeitos sobre a economia “real”.

A resposta dada pelas autoridades monetárias de meio mundo e pelos governos particularmente afetados foi a de fornecer o máximo possível de liquidez para tampar os buracos abertos no setor de crédito imobiliário. Tais intervenções, que mobilizaram grande parte de dinheiro público foram, porém, executadas no nível europeu de forma aleatória, com níveis de coordenação quase exclusivamente técnicos, mas nunca políticos. O resultado é que cada Estado europeu, na prática, modificou-se com autonomia e com modalidades diferenciadas. Na realidade, descontando o fato de se haver focalizado exclusivamente a união monetária, não houve uma preocupação efetiva em criar as premissas para uma política fiscal européia, com orçamento autônomo e livre de influência dos estados-membros. Faltam hoje instrumentos de intervenção fiscal coordenada, capazes de atenuar os contragolpes reais da crise financeira. É um sintoma ulterior do fracasso da construção econômica e social (para não dizer política) da Europa.

### **Tese n. 7: A crise financeira marca a crise da teoria neoliberal.**

A crise financeira atual mostra como o sistema capitalista é estruturalmente instável e como a teoria do livre mercado não é capaz de enfrentar esta instabilidade. No discurso dominante do pensamento liberal, o livre funcionamento do mercado deveria garantir não apenas um processo eficiente de acumulação, mas também uma distribuição da renda justa e igual, em função da contribuição e do empenho individual de cada um. A existência de diferenças sociais é o resultado ex-post das escolhas feitas pelos agentes econômicos, na base das preferências liberais.

Tal ambiente tem como base duas questões principais. A primeira diz respeito à idéia de que o processo econômico se esgota apenas e exclusivamente



na atividade de troca (alocação), onde é o consumidor (aquele que demanda) que determina a oferta, em um contexto no qual a capacidade de produção, sendo baseada em recursos naturais e não artificiais é, por definição, limitada e, portanto, sujeita à escassez.

A supremacia do processo de alocação sobre o produtivo implica que o mercado se torne o lugar onde se determina exclusivamente a atividade econômica, graças ao princípio da soberania do consumidor. Tal princípio acaba sendo linearmente traduzido pela idéia da “soberania individual”, segundo a qual cada indivíduo é o único árbitro de si mesmo (princípio do livre arbítrio) e as validações sociais devem fundar-se unicamente na valorização expressa dos indivíduos singulares (primazia do individualismo). A soberania do consumidor, todavia, reduz a soberania do indivíduo ao ato de consumo. A tão propalada livre iniciativa se reduz, portanto, à liberdade de consumo, que tampouco é liberdade absoluta, estando vinculada às diferentes capacidades de gasto dos indivíduos e das mercadorias disponíveis. Segue-se que, aqueles que não possuem recursos monetários (como, por exemplo, boa parte dos migrantes) que permitam demandar bens ou serviços ao mercado, não existem do ponto de vista econômico. O que conta não é, de fato, a demanda entendida como conjunto de bens e serviços que cada indivíduo deseja ter para satisfazer suas próprias necessidades, mas sim a demanda solvente, aquela que se exprime com dinheiro na mão. As necessidades que não podem ser absorvidas no mercado por falta de dinheiro, de fato não existem. Uma vez que a renda disponível para o consumo depende, para a maior parte dos seres humanos, da remuneração do trabalho, pode-se chegar à conclusão (que acaba, contudo, sendo negada) de que são as condições de trabalho que determinam o grau efetivo de liberdade individual.

O segundo ponto, estreitamente ligado ao primeiro, afirma o primado do individualismo proprietário como resultado da crise do capitalismo industrial-fordista e da sua transformação em capitalismo bio-econômico. Cada agente econômico é considerado o único responsável pelas escolhas de consumo ou de investimento. Sob o ponto de vista financeiro, isto se traduz em redução e transferência do endividamento nacional para o endividamento dos indivíduos singulares; no plano da política econômica, este enfoque teórico serve para sustentar a eliminação das finanças conjunturais e para dar legitimidade ao consumo privado baseado no endividamento individual. Partindo da constatação de que o sistema capitalista é, enquanto economia de acumulação, sempre uma economia monetária que se baseia na dívida, depois da crise econômica de 1929 o Estado assumiu o papel de credor em última instância, ficando com o ônus da gestão da dívida. A

passagem do fordismo para o capitalismo cognitivo, em nome do individualismo proprietário, marcou, ao contrário, a transformação da dívida pública em dívida individual, através da privatização “financeira” dos direitos sociais, conquistados no segundo pós-guerra.

A crise da ideologia neoliberal reside mesmo no fracasso do livre mercado como mecanismo eficaz de produção e alocação dos recursos, bem como do papel dos mercados financeiros como mecanismos de redistribuição de renda. No primeiro caso, assistiu-se a um processo de concentração tecnológica e financeira nunca visto na história do capitalismo. No segundo caso, a governança redistributiva dos mercados financeiros revelou-se um total fracasso.

**Tese n. 8: A crise financeira evidencia duas contradições principais internas ao capitalismo cognitivo: a inadequação das tradicionais formas de remuneração do trabalho e a infâmia da estrutura proprietária.**

No quadro de instabilidade estrutural do capitalismo cognitivo, traduzida na atual crise financeira, torna-se necessário repensar a definição das variáveis redistributivas, de tal modo que se possa referir à produção de valor do capitalismo cognitivo atual.

No que concerne à esfera do trabalho, é preciso reconhecer que, no capitalismo cognitivo, a remuneração do trabalho deve se traduzir em remuneração da vida; conseqüentemente, o conflito que se abre não é mais apenas a luta, sempre necessária, por maiores salários (para colocar em termos keynesianos); mas, ao invés disso, é a luta pela manutenção de uma renda que prescindia do trabalho formal ou de algum contrato de trabalho. Depois da crise do paradigma fordista-taylorista, a divisão entre tempo de vida e tempo de trabalho não se sustenta mais. Os sujeitos majoritariamente explorados no mundo do trabalho são aqueles cuja vida é posta inteiramente a trabalhar. Isto ocorre, em primeiro lugar, por meio do alongamento da jornada de trabalho nos setores de serviços e, sobretudo, pela força de trabalho migrante: grande parte do tempo de trabalho despendido na atividade do setor terciário não acontece dentro do local de trabalho. O salário é a remuneração do trabalho formal reconhecido como produtivo, enquanto a renda individual é a soma de todos os ganhos que derivam do viver e das relações em um território (trabalho, família, subsídios, eventuais rendimentos etc. etc.), e que determinam o padrão de vida. Enquanto há separação entre trabalho e vida, existe também separação conceitual entre salário e renda individual; mas, quando todo o tempo de vida é posto a trabalhar, tende-se a esfumazar a diferença entre renda e salário.

Não se trata, com isto, de contrapor luta por salário a luta por renda, associando a primeira a uma resistência setorial e a segunda a uma simples proposição ideológica. O nó político está, ao contrário, em repensar a sua combinação virtuosa, a partir das transformações produtivas e da materialidade subjetiva da nova composição do trabalho.

De fato, a sobreposição tendencial entre trabalho e vida, entre salário e renda, não é ainda considerada no âmbito da regulação institucional. Partindo de diferentes pontos de vista, defende-se que a renda de existência, ou renda básica de cidadania<sup>9</sup>, pode representar um elemento de regulação institucional adequado às novas tendências do nosso capitalismo. O que nos interessa, todavia, não é desviar para uma teoria de justiça social, ou recriminar pela falta de reconhecimento da racionalidade produtiva, nem tampouco pela ausência de dispositivos regulatórios que permitam ao capitalismo sair da própria crise. A renda é, antes de tudo, a identificação de um campo de disputa no interior das transformações do capitalismo contemporâneo, ou seja, o elemento de um programa político interno aos processos de constituição da subjetividade antagonista. Desde ponto de vista, a renda básica se apresenta como variável diretamente distributiva, e não meramente redistributiva.

No que diz respeito à esfera da produção, um segundo aspecto a ser considerado é o papel desempenhado pelos direitos de propriedade intelectual. Eles representam um dos instrumentos que permitem ao capital apropriar-se da cooperação social e, sobretudo, do general intellect. Uma vez que o conhecimento é um bem comum, produto da cooperação social, a mais-valia que flui do seu uso através da atividade de inovação e dos aumentos da produtividade do trabalho, não é simplesmente fruto do investimento de um estoque de capital físico e individual (ou seja, atribuído ao capitalista definido como entidade singular, seja ele pessoa ou organização empresarial); depende, ao contrário, do uso de um patrimônio social (ou “capital humano social” como dizem os economistas), que se encontra sedimentado sobre o território e que é independente da iniciativa do empreendedor singular. A taxa de lucro que deriva disso não é, portanto, a simples relação entre o nível de investimento e o estoque de capital que define o valor da empresa mas, ao contrário, um “algo mais” que depende também do capital social existente. Em outras palavras, dado que o lucro nasce de uma medida cada vez mais consistente com a exploração e com a expropriação com fins privados de um bem comum como o conhecimento, isto torna-se em parte assimilável a um rendimento: um rendimento de território e de aprendizagem, ou seja, um rendimento

---

9 *Basic income* no original. (N.R.)

que provém do exercício dos direitos de propriedade intelectual, de propriedade do conhecimento.

Parafraçando Keynes, poderíamos sustentar que: “O possuidor do conhecimento pode obter lucro, porque o conhecimento é mesmo escasso; assim como o possuidor da terra pode obter rendimento porque a terra é escassa. Porém, enquanto poderia haver uma razão intrínseca desta escassez, não há razões intrínsecas da escassez do conhecimento”.<sup>10</sup>

Ao mesmo tempo, diferentes teóricos liberais têm defendido nos últimos anos a necessidade de se reduzir, ou mesmo eliminar, patentes e marcas que, a longo prazo, ameaçam bloquear os processos de inovação. O capitalismo cognitivo deveria tornar-se, afirmam, uma espécie de “capitalismo sem propriedade”, modelo prefigurado na Web 2.0 e exemplificado pelo choque entre Google e Microsoft. Onde o capital tem dificuldade em se organizar em cima da cooperação social, ele se vê obrigado também a persegui-la e capturá-la: acumulação e mais-valia passam, desta maneira, pelos processos de financeirização. É isto que alguns círculos definiram como “comunismo do capital”. Não obstante, o capitalismo certamente não pode renunciar ao comando da propriedade, mesmo que isto signifique bloquear continuamente a potência do trabalho cognitivo. Quem se requalifica, em termos completamente novos, é a clássica contradição entre forças produtivas e relações de produção.

A mistura entre lucro e rendimento deriva do fato de que, no capitalismo cognitivo, o processo de acumulação difundiu e ampliou a base da própria acumulação, cooptando para o seu interior aquelas atividades que no capitalismo fordista-industrial não eram produtoras de mais-valia, nem se traduziam em trabalho abstrato.

Deste ponto de vista, as indicações de política econômica propostas por Keynes no alvorecer da crise de 1929 poderiam ser reescritas, sem deixar de levar em conta a novidade inerente da transição para o capitalismo cognitivo. A medida de uma renda básica de cidadania substituiria a política dos altos salários, ao

---

10 Tomamos aqui a citação de Keynes no último capítulo de Teoria Geral. Conforme J. M. Keynes (2006): “O possuidor do capital pode obter um lucro, porque o capital é mesmo escasso, assim como o possuidor da terra pode obter o rendimento porque a terra é escassa. Mas, enquanto esta pode ser uma razão intrínseca desta escassez, não há razões intrínsecas da escassez do capital” (p. 570); substituímos o termo “capital” por “conhecimento” e o termo “juros” por “lucro”.

passo que a eutanásia do rentista<sup>11</sup> de Keynes poderia ser declinada na eutanásia dos rendimentos derivados dos direitos de propriedade intelectual (os “rentistas cognitivos”), acompanhadas de políticas fiscais capazes de redefinir as bases levando em conta o papel desempenhado pelo espaço, pelo conhecimento e pelos fluxos financeiros na valorização. Mesmo não sendo um horizonte ideal, define-se um campo de tensões que obriga a repensar as formas de conflito e as condições de possibilidade para a organização de novas instituições do comum.

Quanto à proposta de Keynes de socialização dos investimentos, o capitalismo cognitivo se caracteriza por uma socialização da produção diante de concentração cada vez mais elevada dos fluxos tecnológicos e financeiros: ou seja, uma alavanca que permite hoje o controle e o comando sobre a atividade produtiva flexibilizada e terceirizada. Qualquer que seja a política que venha a afetar esta concentração, que está na base dos fluxos de investimento, ela incide de modo direto sobre a estrutura proprietária e mina por dentro a própria relação capitalista de produção.

Possíveis propostas “reformistas” que poderiam definir um pacto social no capitalismo cognitivo limitam-se, portanto, à introdução de uma nova regulação salarial baseada na renda básica de cidadania e na diminuição do peso dos direitos de propriedade intelectual, o que poderia tendencialmente culminar em uma eutanásia da renda de propriedade intelectual.

### **Tese n. 9: A crise financeira atual não pode se resolvida com políticas reformistas que definam um novo *New Deal*.**

Na realidade atual não contamos com as premissas econômicas e políticas para que um novo pacto social (*New Deal*) possa se realizar; esta seria, portanto, uma mera ilusão. O *New Deal* fordista foi uma bem sucedida montagem institucional (*Big Government*) que estava assentada em três pressupostos:

- um Estado-nação capaz de desenvolver políticas econômicas nacionais de maneira independente, embora articulada, com outros Estados;
- a possibilidade de mensurar os ganhos de produtividade e, portanto, de prover a sua redistribuição entre lucros e salários;
- relações industriais entre partes sociais que se reconheciam reciprocamente e eram legitimadas no nível institucional, tendo condições de representar de modo suficientemente unívoco (o que, obviamente, não ex-

---

11 *Rentier* no original, designa a pessoa que vive da renda obtida de suas propriedades ou de investimentos. (N.R.).

cluía alguma margem de arbitrariedade) os interesses empresariais e da classe dos trabalhadores.

Nenhum desses três pressupostos está hoje presente no capitalismo cognitivo. A existência do Estado-nação foi colocada em xeque pelos processos de internacionalização produtiva e pela globalização financeira, que representam, nas suas declinações em termos de controle tecnológico e de conhecimento, de informação e de aparatos bélicos, as bases de definição de um poder imperial supranacional.

No capitalismo cognitivo é possível imaginar, no limite, como unidade de referência para as políticas econômicas e sociais, uma entidade espacial geográfica supranacional. Não por acaso os países que hoje são protagonistas no cenário mundial – dos Estados Unidos ao Brasil, da Índia à China – são, na verdade, espaços continentais bastante diferentes do clássico Estado-nação europeu. A comunidade europeia poderia, neste sentido, constituir uma nova definição de espaço público sócio-econômico onde se implementaria um novo New Deal. Mas, no estado atual das coisas, a construção da Europa procede por longas linhas de política monetária e fiscal que representam a negação da possibilidade de criação de um espaço público e social autônomo e independente, não condicionado à dinâmica dos mercados financeiros (cf. Tese n. 6).

A dinâmica da produtividade tende, cada vez mais, a depender de produções imateriais e de envolvimento de faculdade humana cognitiva, dificilmente mensurável com os critérios tradicionais de tipo quantitativo. A dificuldade atual em medir a produtividade social inviabiliza uma regulação salarial baseada na relação entre salário e produtividade.

A proposta de uma renda básica de cidadania encontra oposição e desconfiança por parte de diferentes atores. Os empresários a consideram, primeiramente, uma proposta subversiva, na medida em que ela é capaz de reduzir a capacidade de enriquecimento através da necessidade e da dependência da coerção do trabalho. Em segundo lugar, se a renda de cidadania acaba sendo (corretamente) entendida como remuneração direta de uma atividade produtiva já executada anteriormente, não devendo estar sujeita a nenhuma condição, ela arrisca não ser controlada pela estrutura patronal, mesmo que a sua fiscalização recorra aos mecanismos fiscais gerais. Situação diferente receberia, ao contrário, uma proposta de reforma dos amortecedores sociais, mesmo que prevendo sua ampliação. Neste caso, tratar-se-ia de uma medida “redistributiva” e não diretamente distributiva (como a renda básica). Em segundo lugar, estando submetidos a vínculos e condições de concessão bem precisos, os amortecedores sociais não apenas se tornam

elemento de diferenciação e segmentação da força-de-trabalho, mas são totalmente congruentes com uma configuração “workfarista<sup>12</sup>” de políticas sociais.

Para os sindicatos, por outro lado, a renda básica contradiz a ética do trabalho, a partir da qual uma parte dos próprios sindicatos continua a basear sua própria existência.

Finalmente, mas não menos importante, assistimos à crise das formas de representação social, seja no campo empresarial, seja no sindical. O fim de um modelo organizacional único induz à fragmentação, tanto do capital quanto do trabalho. O trabalho é segmentado pelos interesses das pequenas empresas, frequentemente ligadas a relações de sub-contratação hierárquica, aos interesses das grandes multinacionais, à atividade especulativa nos mercados financeiros e monetários, e à apropriação dos lucros e rendimentos do monopólio nos campos da distribuição, dos transportes, da energia, dos fornecimentos militares e da pesquisa e desenvolvimento. Em particular, a contradição entre capital industrial, capital comercial e capital financeiro, em termos de estratégia e horizontes temporais diversificados, e entre capital nacional e capital supranacional, em termos de influência geoeconômica e geopolítica, tornam de fato muito problemático um nível de homogeneidade de intenções da classe capitalista e a definição de objetivos compartilhados. O elemento que mais reúne os interesses do capital é a busca de lucro a curto prazo, o que torna praticamente impossível a formulação de políticas reformistas progressivas, como eram praticadas nos tempos do capitalismo fordista.

Inversamente, o mundo do trabalho parece cada vez mais fragmentado, não só do ponto de vista jurídico, mas principalmente do ponto de vista “qualitativo”. A figura do trabalhador assalariado industrial ainda está presente em muitas partes do globo, mas vai diminuindo nos países ocidentais em prol de uma multidão diversificada composta de figuras atípicas e precárias, migrantes, dependentes, uma multidão para-subordinada e autônoma, cuja capacidade organizativa e de representação está cada vez mais vinculada à contratação individual e à incapacidade de adequação da estrutura sindical cultivada no fordismo.

O resultado é tal que, no capitalismo cognitivo, não há espaço para uma política institucional de reforma capaz de reduzir a instabilidade estrutural que o caracteriza. Nenhum novo New Deal é possível, se não aquele promovido pelos mesmos movimentos e práticas de institucionalidade autônoma, através da rea-

---

12 *Workfare* seria uma deturpação do princípio do *welfare* que se difundiu no auge do neoliberalismo, condicionando o tempo de recebimento do benefício social à obtenção de emprego. Os governos buscam, cada vez mais, estabelecer condicionalidades e trabalhar na perspectiva de “porta de saída” das políticas sociais. (N.R.)

propriação de um welfare destituído do privado e fixado no público. Algumas das medidas que identificamos, de regulação salarial baseada na proposta da renda de cidadania e de uma produção fundada na livre circulação dos saberes, não são em si incompatíveis com os dispositivos de acumulação e captura do capital, como vários teóricos neoliberais têm apregoado. Podemos, todavia abrir um campo de conflito e de reapropriação da riqueza comum, através do qual minar pela base a própria natureza do sistema capitalista, ou seja, a coerção do trabalho, a renda como instrumento de chantagem e domínio de uma classe sobre outra e o princípio de propriedade privada dos meios de produção (ontem a máquina; hoje, também o conhecimento).

Em outras palavras, podemos afirmar que, no capitalismo cognitivo, um eventual compromisso social de derivação keynesiana adaptado às características do novo processo de acumulação é apenas uma ilusão teórica, sendo impraticável de um ponto de vista político. Uma política para todos os efeitos reformista (ou seja, que tenda a identificar uma forma de mediação entre capital e trabalho satisfatória para ambos), capaz de garantir a estabilidade estrutural do paradigma do capitalismo cognitivo, não pode ser hoje delineada. Encontramo-nos em um contexto histórico cuja dinâmica social não dá espaço para o desenvolvimento, para práticas e, sobretudo, “teorias” reformistas. Daí que, uma vez que é a práxis que guia a teoria, somente o conflito e a capacidade de criar movimentos multitudinários podem permitir – como sempre – o progresso social da humanidade.

Somente a retomada de um forte conflito social ao nível supranacional poderá criar as premissas para sairmos do atual estado de crise. Estamos diante de um aparente paradoxo: para que possamos reabrir perspectivas de reforma e relativa estabilização do sistema capitalista, é necessário uma ação conjunta de tipo revolucionário, capaz de modificar as dobradiças sobre as quais se movimenta a estrutura de comando do próprio capitalismo.

É preciso começar a imaginar uma sociedade pós-capitalista, ou melhor, repensar o conflito na crise como organização imediata das instituições do comum. Isto sem desconsiderar as funções da mediação política, que devem ser, porém, definitivamente destituídas das estruturas da representação e absorvidas na potência constituinte da prática de autonomia.

#### **Tese n. 10: A crise financeira atual abre novos cenários de conflito social.**

O socialismo é tradicionalmente apresentado para salvar o capitalismo de suas crises cíclicas, superando dialeticamente a endêmica instabilidade através de uma racionalidade superior do desenvolvimento. Em outros termos, encarre-



gando-se de realizar a promessa de progresso que o capitalismo não foi estruturalmente capaz de manter. Ora, felizmente chegou ao fim a época em que socialismo e capitalismo se espelhavam na alegada subjetividade da hierarquia do trabalho, da técnica e da produção.

Mais uma vez, somos nós e os nossos comportamentos que podemos salvar o injusto sistema social no qual estamos forçados a viver. A situação de crise econômica é palpável. E, mais uma vez, é o plano da resistência que coloca continuamente em tensão as formas de comando. Existem aqueles que, não conseguindo mais pagar seus empréstimos, depois de um primeiro momento de pânico, se dão conta de que antes de três anos não poderão ser despejados de onde moram. Há também aqueles que não acreditaram na quimera da bolsa e decidiram não pagar o mesmo TFR nos fundos de investimento, não obstante a maciça campanha sindical e da imprensa que prometia altos ganhos em caso de recurso ao mercado financeiro.

Esses comportamentos – junto com muitos outros que também expressam resistência e insubordinação – adquirem particular importância porque representam rachaduras no impalpável controle social que a retórica do individualismo proprietário foi capaz de construir, com o apoio de uma pseudo-imaginária coesão social, assentada no mérito e na fidelização dos comportamentos.

Um sinal importante neste sentido veio também, na Itália, do movimento dos estudantes da Onda Anômala. E ainda mais importante é o fato de que este movimento havia ampliado a brecha, de modo cada vez mais difuso, para a discussão da temática da renda e do welfare do comum. Não se trata apenas de uma elaboração teórica ou de uma proposição política de vanguarda: o tema da renda tornou-se senso comum na emergência da composição social plasmada em conflitos da produção do saber e contra os processos de desqualificação e precarização. Na Onda, o tema da renda virou de fato programa político dentro da crise, dando concretude à palavra de ordem “nós não pagaremos pela crise”.

A crítica ao conhecimento como mercadoria, o reconhecimento de que entre o momento da formação e o momento da produção a diferença tende a ficar incerta, de onde deriva a exigência de remunerar também os períodos de formação, a requisição de acesso aos serviços materiais e imateriais que hoje constituem o âmbito da cooperação social e do general intellect, a produção do comum como nova trama e novo horizonte das relações sociais e de cooperação, para além da desgastada dicotomia “público-privado”: eis, em síntese, alguns dos elementos programáticos que são de extrema utilidade para delinear um processo político capaz de reverter a crise sistêmica em espaço de possibilidade de ação e de proposta.

Se observarmos somente o panorama europeu, veremos que numerosos são os sinais de insurgência que se manifestaram nos últimos meses: além da grande revolta grega e dos movimentos que se alastraram na Espanha, na França e na Alemanha sobre o tema da formação, sem esquecer das tensões conflituais que, interessando a diferentes estratos sociais, se manifestaram em Copenhague, Malmö, Riga e outras metrópoles européias.

Trata-se de converter o “comunismo do capital” no “comunismo do general intellect”, como força viva da sociedade contemporânea, capaz de desenvolver uma estrutura de “commonfare” e de colocar posições de efetiva e real escolha humana de liberdade e igualdade. Entre o “comunismo do capital” e a instituição do comum não há nenhuma especularidade ou relação linear de necessidade: trata-se, em outras palavras, de se reapropriar coletivamente da riqueza social produzida, rompendo os dispositivos de captura da potência do trabalho vivo, que assumem a dupla face do público e do privado, hoje enfim recomposta no comando capitalista dentro da crise permanente.

Nesse processo, torna-se cada vez mais importante o papel autônomo desempenhado pelos movimentos, não apenas no âmbito da proposta política e da ação, mas também e, sobretudo, como ponto de referência para aquela subjetividade, singularidade ou segmento de classe que emergem da crise.

A capacidade de subsunção real da vida ao processo laborativo e produtivo e a difusão de imaginários culturais e simbólicos imbuídos de elementos de individualismo (a partir do “proprietário”), e securitarismo, constroem as dobradiças principais do processo de controle social e cognitivo dos comportamentos humanos. A afirmação e a organização de uma subjetividade autônoma, que já vive nas práticas de resistência e de produção do comum da nova luta de classe são, portanto, condições necessárias para disparar processos de conflitualidade capazes de mudar a atual hierarquia socioeconômica. Deste ponto de vista, bem-vindos todo o excedente e toda a insurgência que a subjetividade nômade é capaz de realizar e animar. Somente assim, à semelhança dos milhares de abelhas que formam um enxame, torna-se possível iniciar formas de reapropriação da riqueza e dos saberes, invertendo a dinâmica redistributiva, fazendo pagar pela crise quem a causou, repensando uma nova estrutura de welfare social e do comum, imaginando novas possibilidades de auto-organização e produção compatíveis com o respeito ao meio ambiente e a dignidade dos homens e mulheres que habitam este planeta.

O rei está nu. O percurso que se abre diante de nós é árduo, mas, afinal, já começou.



## Referências

KEYNES, John Maynard. *Teoria generale dell'occupazione, dell'interesse e della moneta*. Turim: Terenzio Cozzi, UTET, 2006.

■.....**Andrea Fumagalli** é doutor em Economia Política, professor do Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. É participante da rede Universidade Nômade e pesquisador, dentre outras, das problemáticas do trabalho precário, renda universal e economia da inovação e da indústria.

